

O Volver da Organização do Espaço sob a Força da Divisão do Trabalho

*Ideni T. Antonello**

RESUMO

A presente análise constitui-se em uma reflexão sobre o processo mutatório do trabalho, fomentado pela força transformadora do capital, ligado ao movimento constante das forças produtivas no decorrer da formação do modo de produção capitalista. Tem-se como objetivo penetrar no processo de transformação do trabalho para trazer à tona as formas de trabalho

que se apresentam ao homem no movimento de expansão do capital pelo mundo, materializado na I Divisão Internacional do Trabalho (DIT), direcionando a produção do espaço e, conseqüentemente, a modelagem da organização espacial do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho; organização do espaço; DIT.

INTRODUÇÃO

No transcorrer do tempo histórico, encontra-se o volver da relação homem-natureza, impulsionado pelo caminho apressado da natureza humana na sua incansável disponibilidade e vontade de prosseguir no conhecimento do mundo exterior abarcado por ele. Esse caminhar é marcado pela atuação do homem no seu meio ambiente natural que busca sua reprodução enquanto espécie.

Nesse momento, o homem se depara com as forças da natureza com as suas próprias forças para retirar a sua existência, portanto, aplicação de trabalho sobre uma base fisiológica, condicionada pela ação limitada do homem sobre a natureza e, conseqüentemente, do homem entre si. Tal temporalidade do trabalho limitava a divisão do trabalho derivada da sociedade, pois, conforme Skarbek (apud Marx 1993), pode-se dividir em duas partes a origem da efetivação da ação do homem, "1 - as que são individuais e inatas, a sua inteligência e as suas aptidões espe-

cíficas ou capacidades; 2 - as que são derivadas não do indivíduo real, mas da sociedade - a divisão do trabalho e a troca" (Marx, 1964, p.227).

A primeira se revestia na natureza humana que o impulsionava a criar meios de subsistência sobre a matéria oferecida pelo seu ambiente natural, diferenciando-se na capacidade criativa. Por outro lado, a divisão do trabalho derivada da sociedade flui da união das energias das diferentes capacidades no movimento do intercâmbio e da troca. Marcada por uma

divisão do trabalho que se desenvolve por si própria 'naturalmente', em virtude de disposições naturais, necessidades, acasos etc. A divisão do trabalho torna-se realmente divisão apenas a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual. (Marx; Engels, 1993, p. 45)

O intercâmbio e a troca foram as forças que atuaram na separação do campo e da cidade.

O desencadear do processo da divisão do trabalho deu-se em temporalidades diferentes em cada país, pois brota com o movimento de fragmentação da estrutura feudal e ergue-se essa divisão, moldada pelo modo capitalista de produção em gestação, dividindo o mesmo cordão umbilical.

Nesse sentido, considera-se que a divisão do trabalho é produto do processo histórico de cada modo de produção específico e se apresenta conforme as condições materiais de produção. Entretanto, é sobre a capacidade produtiva de um país comandada pela lógica do capital que ocorre a complexibilização da divisão do trabalho. Pois, “quando as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingindo pela divisão do trabalho” (Marx; Engels, 1993, p.21). Por conseguinte, a divisão do trabalho processa-se no movimento imposto pelo avanço das forças produtivas de uma nação induzindo pelo capital, e imprime na produção do espaço, o molde de uma organização espacial que tem como conteúdo o desenvolvimento de sua estrutura produtiva e como essência a desigualdade. Dessa forma, pode-se a partir da trajetória evolutiva do capitalismo apreender a produção de espacialidades desigualmente desenvolvidas do capital na materialização do processo produtivo, como coloca Soja (1988, p.36):

o desenvolvimento histórico do capitalismo pode ser visto como uma revelação sucessiva de espacialidades periodizadas de acordo com concretizações particulares do processo de trabalho, da valorização e desvalorização do capital (...) como um desenvolvimento desigual no espaço e no tempo.

Assim, a partir do pressuposto da inerência do desenvolvimento desigual do capitalismo, pode-se, com base no processo de reprodução do capital, capturar a espacialidade desigual do capital alicerçado na categoria trabalho. Por con-

seguinte, tem-se como hipótese norteadora da presente análise que o processo mutatório do trabalho, fomentado pela força transformadora do capital, vinculada ao movimento constante das forças produtivas, impulsiona as diferentes formas organizativas do processo produtivo, direcionando a produção do espaço e, conseqüentemente, a modelagem da organização espacial do trabalho.

Nesse sentido, a presente análise tem como objetivo penetrar no processo de transmutação do trabalho para trazer à tona as formas de trabalho que se apresentam ao homem, e, assim, capturar o avanço das forças produtivas que se tornou a base de germinação do modo capitalista de produção. Busca-se, também, aclarar a produção do espaço baseada na divisão do trabalho movida pela energia liberada pelo capital na sua expansão pelo mundo, materializando a divisão internacional do trabalho (DIT). Cabe salientar que se toma a divisão internacional do trabalho como arcabouço de uma periodização histórica da evolução do modo capitalista de produção e não como uma “camisa de força” cristalizada no conceito, pois não se pretende “jogar uma rede sobre o mundo”, para escamotear a heterogeneidade das condições de cada país sobre o poder do conceito DIT. Pelo contrário, busca-se apreender o desenvolvimento geograficamente desigual do capital.

Ressalta-se que a presente análise dedica-se à temporalidade que presenciou a formação e a expansão do modo de produção capitalista no mundo, com ênfase na I divisão internacional do trabalho. Para atingir o intuito da análise, o artigo foi estruturado em duas partes, a primeira composta da introdução e dos procedimentos metodológicos, a segunda subdivida em dois pontos. O ponto inicial volta-se à reflexão para o período denominado o período fomentador – ao se constituir no processo histórico da volubilidade do trabalho marcada pela força destrutiva do movimento de formação do capital sobre a estrutura feudal. A temporalidade feudal torna

visível a concepção de trabalho, norteando a produção do espaço, e, conseqüentemente, transformando-se juntamente com a mutação do trabalho gerada com a divisão do trabalho. O segundo ponto direciona-se para as condições herdadas do período fomentador, que possibilitou o aprofundamento da divisão do trabalho com a emersão do trabalhador manufatureiro, o mercado externo e com eles a I divisão internacional do trabalho que norteará a centralidade da análise. O ponto seguinte constitui-se nas observações finais sobre a modelagem da organização espacial fruto da divisão internacional do trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, principal instrumento e fonte da análise. As fontes que abasteceram a pesquisa bibliográfica foram os livros de leitura corrente, livros de referência e os textos de publicações periódicas.

Salienta-se que base que fundamentou o enfoque teórico que divide a economia mundial em centro – semiperiférica – periferia foi a obra de Pochmann. O autor entende como “centro da economia mundial o ”locus” do poder de comando [...] com a produção e difusão de novas tecnologias. A periferia assume um papel secundário na estrutura de poder mundial, sendo “locus” subordinado às lógicas financeira e creditícias” (Pochmann, 2001, p.16). E os países semiperiféricos encontram-se em situação intermediária que os distingue dos primeiros pela subordinação e dos segundos pela ascensão. Essa tipologia¹ do molde da divisão espacial do trabalho alicerça a presente análise.

PERÍODO FOMENTADOR

A reprodução social vira-se contra seu conteúdo, o dinheiro, que passou a trazer seu fim em si mesmo, contra o mundo sensível e concreto. (Kurz, 1986, p.76)

O movimento incessante produzido pela necessidade de suprir as condições materiais de existência induz ao homem a buscar, na energia emanada de sua corporalidade, as forças para interagir com a Natureza, com intuito de obter sua subsistência, materializando a natureza humana na Natureza.

Nessa relação direta e imediata do homem com a Natureza, ele produz a própria natureza, pois no processo produtivo “o homem realiza a sua própria essência, retorna à sua própria essência” (Fromm, 1979, p.38).

No ato de produzir, o homem denuncia o desejo e a potencialidade de realização de um objetivo predeterminado, a reprodução da espécie humana. Por conseguinte, modificando a natureza com uma finalidade concreta.

Dessa finalidade concreta, irradiam-se as cores que dão a tonalidade da relação homem-natureza. Tonalidade composta de cores que se absorvem mutuamente em um metabolismo em que a natureza representa a energia natural necessária para manter a energia humana em um fluxo controlado pelo objetivo traçado e almejado pelo homem. No qual: “Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (Marx, 1988, p.14). Cristaliza-se o trabalho em uma forma que pertence exclusivamente ao homem.

Nesse processo de trabalho, a ação que o desencadeia é fruto da atividade direcionada para suprir as necessidades elementares. Constitui-se na

atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação da natural para satisfazer a necessidade humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna a vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1988, p. 153)

No ato laborativo, o homem realiza a existência e, ao mesmo tempo, existir significa o ato produtivo, pois o resultado da força desprendida no processo produtivo apresenta-se de forma direta, concreta, útil, como “valores de uso”. Portanto, o trabalho concreto é expressão da fusão do trabalho com seu objetivo “o trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. Ele fiou e o produto é um fio” (Marx, 1988, p.15). No processo elementar do trabalho, o “produto” apaga-se na sua utilidade particular, a de valor de uso, pois o valor de uso efetiva-se no processo de consumo.

Do trabalho orientado por uma atividade útil flui a atuação do homem sobre o território, a qual se expressa na organização espacial que traz as marcas do “homem vivo”.² No sentido concebido por Marx, o homem só encontra-se vivo na medida em que é produtivo, “na medida em que abarca o mundo exterior no ato de manifestar seus próprios poderes humanos específicos e de abarcar o mundo com estes” (Fromm, 1979, p. 38)

O traço do trabalho tecido nos fios da utilidade produz o espaço moldado no material derivado desses fios. Por conseguinte, a organização espacial tecida nos mesmos fios de utilidade é marcada pelo tempo que “não tem a dimensão do progresso, mas é um tempo cíclico, que retorna a cada estação, trazendo sempre a ordem eterna das coisas” (Santos, 2000, p. 33).

O tempo marcado pelo ritmo das estações reporta-se à sociedade feudal,³ na qual a organização espacial traz a marca de uma relação direta do homem com a Natureza. A ação sobre o espaço realizava-se pautada na lógica da necessidade. Pois o “homem produtivo” feudal colocava em movimento sua energia física a partir do combustível obtido através de uma relação de interação com a Natureza em um fluxo controlado pela crença no sagrado. Os mistérios da natureza colocavam-na em posição de onipotência perante o homem, que busca no sagrado a sua compreensão. Portanto, o homem produtivo feudal desenvolve-se em uma relação de res-

peito com a Natureza, dominando-a de forma direta para sua existência.

O que o difere do “homem produtivo” de Marx ou de Goethe é que este se coloca como “possuidor da Natureza”, fruto do avanço das forças produtivas e ascensão da ciência moderna que redefine a relação homem-natureza com a distinção entre o homem e a Natureza. E desvendar os seus mistérios passa pela concepção de conhecer para dominar. A ciência fará do ser humano “o senhor” e o “possuidor” da natureza. Retornar-se-á a esse ponto posteriormente.

A relação direta do homem produtivo feudal, formado principalmente pelos camponeses servos da gleba, com o resultado do seu ato laborial molda a organização do espaço de forma a atender suas necessidades básicas, desenvolvendo-se um sistema de auto-realimentação, isto é, alimenta-se a si próprio. Assim:

A família camponesa medieval constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo como também a própria casa, fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. (Kautsky, 1998, p. 37)

Nesse contexto, não se apresentam condições férteis para o desenvolvimento de uma divisão do trabalho complexa, pois a amplitude de ação do homem produtivo feudal limitava-se à produção das necessidades vitais básicas. Por conseguinte, não fomenta um intercâmbio permanente com o mercado.⁴ E sua presença no mercado local não pressupunha um produtor de mercadorias, mas buscava, na troca dos seus excedentes, os produtos não obtidos diretamente pela família camponesa. Assim, como afirma Kautsky (1998, p. 37): “Deixando de visitar o mercado ele talvez comprometesse sua comodidade. Des-

se mercado poderia depender o luxo, *jamais a própria existência*” (grifo nosso).

Dessa forma, a organização do espaço era produzida pelo trabalho dos servos e limitava-se ao “mundo externo”, abarcado pelo ritmo da própria existência e pela propriedade feudal assentada na propriedade da terra. Por outro lado, ergue-se sob o trabalho individual a propriedade dos ofícios que se constituiu no fermento do crescimento das cidades medievais e das “corporações”. As mesmas representavam a oportunidade para os servos que deixavam a “proteção” de um senhor feudal. Entretanto, deparavam-se com uma estrutura hierárquica formada pelos mestres, oficiais e aprendizes, que não se diferenciava da do feudo.

A incipiente divisão do trabalho na cidade medieval derivou-se da matéria que foi cunhada as corporações, isto é, “deram origens às corporações os pequenos capitais economizados pouco a pouco pelos artesãos isolados e o número estável destes numa população crescente desenvolvera, a condição de oficial e de aprendiz” (Marx; Engels, 1993, p.34).

Percebe-se que as forças que colocavam em movimento a produção moldava as formas da organização espacial “condicionada pelas condições limitadas da produção, pelo escasso e tosco cultivo da terra e pela indústria de tipo artesanal” (Marx; Engels, 1993, p.35). As condições restritas da produção refletem a pequena divisão do trabalho no feudalismo, espacializando-se na oposição entre a cidade e o campo.

No campo, a organização do espaço é o espelho da estrutura social composta pela nobreza, pelo clero e pelo camponês (servos). Em outras palavras, a terra, o meio de produção, encontrava-se dividida em pequenas faixas aráveis descontínuas destinadas a cada família camponesa “quase auto-suficiente”. Uma gleba de terra, contendo um camponês e sua família, vizinha a outras glebas semelhantes, configuravam uma aldeia. Entretanto, a pequena porção de terra que, em determinados períodos, era colocada para

o uso comum não proporcionava a relação de equilíbrio entre produção e consumo da família, atingido pelo usufruto comum dos frutos oferecidos pela floresta e pelo uso da pastagem.

Portanto, o molde da organização do espaço materializada na fragmentação da terra cumpria o objetivo de dominação exercida pelo senhor feudal e sedimentada nas correntes da ignorância que o clero condenava a população. A porção de terra que cabia ao servo correspondia à amplitude de sua visão de mundo, pautada no trabalho como finalidade concreta, isto é, provia sua reprodução básica no movimento eterno das coisas e, assim deveria permanecer para manter o seu meio de existência. Por conseguinte, a terra personifica o domínio sobre o homem e “o servo é o produto da terra. De igual modo, o herdeiro, o primogênito, pertence à terra [...] o senhor aparece pelo menos como rei da terra” (Marx, 1964, p.150).

O “domínio da terra” representa o mecanismo extra-econômico dos senhores feudais na apropriação do trabalho do servo, envoltos em uma relação que se diferencia da realizada entre explorado e explorador, pois o primeiro se colocava perante o segundo em uma atitude de “respeito de subordinação e obrigação”. Por outro lado, o seu “senhor” não exigia em demasia de seus “protegidos”, deixando-os sobreviver no ritmo das estações em uma forma de trabalho que “funde a utilidade com a fruição, o emocional com o intelectual e o prático” (Bentley apud Santos, 2000, p. 14).

Ao lado do “domínio da terra”, encontra-se o “domínio das corporações” ditando o movimento de produção do espaço “urbano”, ou melhor, da cidade medieval. Esse movimento vinculado ao trabalho como valor de uso, cristalizado na atividade dos artesãos que possuíam como propriedade o seu trabalho, o qual se constituía no conhecimento de um ofício. Tal ofício proporcionava ao artesão ter produtos para a troca na busca de obter sua reprodução, portanto, não se materializava em uma mercadoria (valor de troca), e sim apresentava-se como valor de uso.

O “domínio das corporações”⁵ desenvolve-se como mecanismo para proteger o poder assentado no conhecimento. Este conhecimento significava ter a capacidade de praticar um ofício – ocupação sob a diretriz de um mestre. Assim, “os oficiais e aprendizes estavam organizados em cada ofício conforme melhor correspondessem os interesses dos mestres” (Marx; Engels, 1993, p.80).

Essa organização correspondia a uma barreira na cidade contra os trabalhadores que proviham da fuga da sua condição de servo na busca por um ofício. Contudo, ao não serem admitidos como aprendizes, tornavam-se trabalhadores diaristas, destituídos de um ofício, sujeitos ao poder corporativo. Segundo Marx, foi da necessidade esporádica de trabalhadores na cidade que surgiu a plebe.

A forma como se apresenta o trabalho para o homem produtivo urbano é o elo que o liga ao homem produtivo rural, ambos colocavam na sua ação a concepção de trabalho concreto, desenvolvendo-se em uma relação recíproca de troca. Essa forma de trabalho, o trabalho concreto direcionado para obter o resultado da sua atividade como uma finalidade útil, exigia do primeiro abarcar todo o processo de produção para obter como resultado um produto finalizado independente de outros trabalhadores. Tal fato plasma-se na situação que:

Cada trabalhador devia estar apto a executar todo um ciclo de trabalhos e preparado para fazer tudo o que pudesse produzir com suas ferramentas. O intercâmbio restrito e a frágil ligação entre as diversas cidades, a escassa densidade da população e as necessidades exíguas, não permitiam que a divisão do trabalho fosse mais extensa; e cada um que quisesse tornar-se mestre deveria dominar inteiramente seu ofício. (Marx; Engels, 1993, p. 81, grifo nosso)

Correlativamente ao campo, a cidade não apresenta condições férteis para germinação de

uma divisão do trabalho profunda, pois a produção encontra-se assentada na forma de trabalho para atender “as necessidades exíguas” circunscritas à cidade e às aldeias próprias.

No volver do processo histórico, a tênue divisão do trabalho, especializada na oposição campo-cidade, torna-se o fermento do avanço da divisão do trabalho ao emergir a separação entre a produção e o comércio,⁶ dando origem à categoria de comerciantes, totalmente voltados ao comércio.

O comerciante representou a força propulsora da ampliação da produção do espaço. Esta força emanava da necessidade de colocar seus produtos para além da circunvizinhança da cidade, fomentando a dissolução do padrão endogênico das cidades, materializada na forma insular, através da formação de vias de comunicação, interligando-as. Dessa forma:

As cidades entram em relação umas com outras, novas ferramentas são levadas de uma cidade para outra e a separação entre a produção e o comércio não tarda a suscitar uma nova divisão da produção entre as diversas cidades, cada uma das quais logo explorará predominantemente um ramo industrial. A limitação inicial à localidade começa, pouco a pouco, a desaparecer. (Marx; Engels, 1993, p. 82-83)

Paulatinamente, começam a se impor as condições necessárias para o aprofundamento da divisão do trabalho, a qual caminha paralelamente à superação dos obstáculos físicos, localização pontual das cidades. E, sobre a integração do espaço erigiu-se vínculo imediato e permanente entre a população. Por conseguinte, tornou-se possível a organização de uma parcela da população em função de seus interesses, localizados em diferentes cidades.

Nas trilhas abertas pelo comércio, sedimenta-se a comunicação entre as cidades, proporcionando o conhecimento e a inter-relação de inte-

resses de uma classe emergente e contra o mesmo alvo, este personificado nos senhores feudais. Portanto, a conjugação de interesses remete a um denominar comum a luta frente a tudo que representava o feudalismo. O denominador comum transforma-se em identidade e a união da burguesia de cada cidade conduziu a formação da burguesia.

O nascimento de uma força organizada contrária ao estabelecido, inevitavelmente, concentra a sua energia destrutiva no “velho mundo” para a partir da destrutividade levantar um à sua “imagem e semelhança”. O elemento destrutividade carrega a força da criação que encontra sua fonte no conhecimento. O avanço do conhecimento arreventa a corrente de ignorância medieval que não possibilitará mais a indagação:

*Aquilo em que não podeis tocar
considerais que está a mil léguas!
Aquilo que não entendeis pareceis falso!
O que não sabeis pesar é porque não
tem peso!
E o que não podeis reduzir a moeda
Parece-vos sem valor!
(Goethe, 1980, p. 243)*

As potencialidades afloradas com a comunicação permanente entre as diversas localidades permitem um avanço no conhecimento, pois as “invenções” ao serem realizadas separadamente perdiam-se na sua insuflação. É sobre as bases da ciência e da razão que a burguesia alicerçou a sua ascensão e domínio, nutrindo-se na “Revolução Científica” iniciada no século XVI por Galileu, Newton, Bacon, entre outros. Forneceu a substância necessária para dissolver a estrutura do conhecimento aceito que estava asentado no saber derivado da observação, calcado na experiência imediata. Conseqüentemente, o “novo” conhecimento refuta e desconfia dos fatos captados pelos sentidos, portanto, fundamentou-se nos princípios epistemológicos tecidos em “caracteres geométricos”, dando nasci-

mento à “ciência moderna”.⁷ O “homem produtivo” goethiano começa a tomar forma e quebrar as limitações do visível e a questionar “o que não sabeis pesar é porque não tem peso!”. Personificado na burguesia.

A burguesia utilizou-se do aparato disponível para comandar o avanço das forças produtivas e com ele sedimentar o seu domínio. Sedimentação conquistada em uma lenta e conflituosa trajetória pelo cerne do feudalismo para semear os germes de sua desintegração. Foi necessário travar uma luta contra as antigas relações sociais de produção amolgada no dogmatismo e na autoridade advindos da Igreja.

Tornou-se um imperativo a dissolução da visão de mundo cunhada no poder divino e no trabalho concreto para possibilitar a germinação da racionalidade. A racionalidade se impõe como a nova cor da visão de mundo, cristalizando a passagem da moral de proibições, asentada no sagrado, para a moral do cálculo ou da razão. Pois o futuro trabalhador em gestação deveria estar moldado para assumir a forma de trabalho desprovida de valor de uso. A metamorfose comandada pela razão e pelo cálculo rigoroso constituiu-se “em chocante contraste com a precária existência do camponês e com o tradicionalismo privilegiado do artesão da guilda e do ‘capitalismo aventureiro’, orientado na exploração de oportunidades políticas e na especulação irracional” (Weber, 1997, p. 50).

O turbilhonamento iniciado com a divisão do trabalho entre as cidades produziu as condições necessárias para o surgimento da manufatura que teve como requisito o comércio com nações estrangeiras. A manufatura brota da expansão do comércio na busca de novos mercados. A importância da extensão do comércio extrapola o mercado, pois é no intercâmbio entre as nações que provem a substância que propaga o vírus do desenvolvimento e aperfeiçoamento da forças produtivas. Nas palavras de Marx e Engels (1993, p. 85):

A permanência das forças produtivas adquiridas só é assegurada quando o comércio torna-se comércio mundial e tem por base a grande indústria, quando todas as nações são levadas à luta da concorrência. (Marx e Engels, 1993, p. 85)

O desenvolvimento da manufatura, que teve no comércio entre as nações sua força propulsora, transformou-se na base sobre a qual se ergueu a grande indústria. A mesma força propulsora da formação da base se tornou a força motriz da expansão da grande indústria, pois o mercado mundial demandava um volume de produtos manufaturados para além da capacidade produtiva manufatureira. A atuação dessas forças manteve a propulsão do turbilhonamento que ruiu a estrutura feudal. As relações sociais de produção feudal tornaram-se empecilho à expansão do modo de produção capitalista, portanto, tinham de ser removidas, pois, como disseram Marx e Engels (1998, p. 17), “tornaram-se grilhões. Tinham de ser estilhaçados. Foram estilhaçados”.

O período fomentador da divisão internacional do trabalho envolve no seu movimento e fazendo parte integrante dele a mutação da forma como o trabalho se apresenta ao homem. Portanto, sobre as condições fomentadas no processo de “estilhaçar” a estrutura feudal foi gerada a grande indústria, a qual foi a base da divisão internacional do trabalho, atribuindo a cada nação uma especificidade produtiva. A especificidade produtiva ou a divisão do trabalho materializava-se no espaço via espacialização desigual do capital, por conseguinte, imprimia na produção do espaço o “desenvolvimento geograficamente desigual”.

A espacialização desigual do capital que redundou no desenvolvimento geograficamente desigual deu o molde da I Divisão Internacional do Trabalho que será o objeto da análise a seguir.

ESPAÇOS DESIGUAIS - PRIMEIRA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Todas as relações formais, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas. Todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido derrete-se no ar.

(Marx; Engels, 1998, p. 14)

O avanço da manufatura, tendo como alimento a expansão do comércio alicerçado nas grandes navegações, desembocou nas descobertas da América e da rota marítima das Índias Orientais. Portanto, emerge a necessidade de um sistema monetário, ou seja, o capital móvel para possibilitar o intercâmbio comercial, gerando a acumulação móvel do capital. Nesse contexto, o mecanismo de ascensão e domínio encontrava-se no comércio e na navegação, impulsionados pela concorrência entre as nações. Para Marx, a concorrência revestia-se da força para colocar em movimento o avanço das forças produtivas.

Não obstante, a concorrência correspondia à disputa pelo mercado que poderia ser resolvida via tratado, tarifa ou acordos e, caso não obtivessem resultado a alternativa constituía-se na guerra. Sobressaía-se a nação com maior conhecimento e poderio marítimo, a Inglaterra. Assim, concentrava-se, em um único país, a espacialização do capital, engendrando a Revolução Industrial (1780-1820),⁸ elevando o país a potência mundial. Como centro hegemônico, a Inglaterra irradiou seus interesses pelo mundo, comandando a I Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Essa divisão do trabalho foi marcada pela especificidade produtiva dos produtos manufaturados e dos de origem primária (agrícola, extração vegetal e mineral) e imprimiu na organização espacial mundial o molde centro, semiperiferia e periferia.

A emersão da Inglaterra como potência industrial deu-se a partir das particularidades do seu processo histórico, durante o período que se denominou fomentador da divisão do trabalho. Particularidade assentada no desencadear inicial da eliminação da estrutura feudal. Pois, segundo Wood (2000), no século XVI a Inglaterra já se encontrava em estágio avançado da conjugação de forças para alicerçar o poder concentrado no Estado, em oposição à fragmentação de interesses e poderio dos senhores feudais vigentes e fortes nos demais países da Europa como, por exemplo, na França.

Esse estágio cristaliza-se na ação efetiva do homem sobre a Natureza, o que proporcionava à Inglaterra possuir

uma rede impressionante de estradas e de vias de transportes fluviais e marítimos que unificavam a nação de modo bastante excepcional para o período. Londres cresceu numa taxa muito acima das outras cidades inglesas e do crescimento total da população. Transformou-se na maior cidade da Europa e tornou-se o centro de um mercado nacional em desenvolvimento. (Wood, 2000, p. 17, grifo nosso)⁹

A organização espacial volvia-se conforme o aprofundamento da divisão do trabalho movida pelo “espírito do capitalismo”. Este ataca diretamente a propriedade feudal para ancorá-la no uso produtivo e lucrativo. Buscando esse objetivo, é colocado em prática na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII, um mecanismo para extirpar os costumes de acesso comum à terra.

O mecanismo direto foi o “enclosure” ou o cercamento de terras, que “significou mais precisamente, a extinção (com ou sem o cercamento das terras) dos direitos de uso baseado nos costumes dos quais muitas pessoas dependiam para tirar o seu sustento” (Wood, 2000, p. 22).

O processo de expropriação do campesinato pelo cercamento das terras, quer para pastagens, quer para a lucrativa agricultura, com práticas

de melhoramento, tem um alcance maior que a formação de levas de trabalhadores expropriados – os “vagabundos”, expressão da reestruturação fundiária feudal. Conseqüentemente, a separação do camponês do seu trabalho direto, materializada no desaparecimento da vassalagem feudal, transforma-o em um trabalhador destituído do meio de produção, a terra. Os ex-servos deparavam-se com a seguinte situação: “Tirais minha vida/Quando tirais os meios de que vivo” (Shakespeare apud Marx, 1996, p. 115).

De fato, essas palavras ganhavam vida nas mãos do rei Henrique VIII que enviou para a força cerca de 72 mil “vagabundos” que afluíam permanentemente a partir dos fins do século XV e começo do XVI, advindos das transformações da estrutura fundiária inglesa. Posteriormente, passam a ser absorvidos pela manufatura. Nesse sentido, o “enclosure”, como coloca Wood (2000), correspondia à expressão do nascimento do capitalismo, materializada na reorganização do espaço rural inglês.

Essa reorganização foi comandada pelo interesse da “classe agrária” proveniente dos senhores feudais que cooptam o Estado aos seus interesses com a chamada Revolução Gloriosa de 1688. A partir de então, a prática da livre concorrência interna é permitida, ao passo que, na França, ocorrerá apenas em 1789, com a Revolução Francesa. Não é sem razão que Mendras (1992, p.15) afirma que a lógica da economia capitalista na França “... parou no caminho ; ela fez uma pausa de um século e meio e, ao incorporar lentamente as novidades tecnológicas seus camponeses demoraram-se ‘camponese’”.¹⁰

O triunfo da classe agrária sobre as revoltas e conflitos dos camponeses imprime, no espaço agrário inglês, a lógica capitalista cristalizada na presença da tríade¹¹ formada por proprietários de terras, usufruindo a renda da terra via produção realizada pelos arrendatários – que, por sua vez, apropriavam-se do trabalho dos “verdadeiros agricultores” – os assalariados rurais. Tal realidade encontrava-se presente no espaço rural

particularmente no leste e no sudeste, notáveis pela sua produtividade agrícola. De fato, as novas pressões econômicas, as pressões competitivas que excluíam fazendeiros improdutivos, foram um fato crucial na polarização da população agrícola em grandes proprietários de terras e trabalhadores sem terra, e na promoção da tríade agrária. (Wood, 2000, p. 24)

Observa-se a espacialização diferenciada do capital no espaço rural inglês na busca por maior lucratividade. Esta lucratividade medida pela concorrência, permeada pelo acesso ao mercado, acaba levando os “menos adaptáveis” à ruína.

Configura-se emergência da produtividade humana de Goethe, de dominação e sujeição das forças à sua disposição, seja a força humana, seja a força da natureza para produzir um espaço a imagem do homem, isto é, produzido pelo social. Por conseguinte, onde o “espírito do capitalismo” se faz presente encontra-se a tríade, expressão do avanço das transformações operadas nas antigas relações de produção inglesa.¹²

Esse avanço proporcionou as bases sólidas do desenvolvimento da manufatura e a evolução à “grande indústria”. A divisão do trabalho que se assentou na manufatura dependia da mutação da forma como o trabalho se apresentava ao homem feudal. Assim, é nas trilhas do “capitalismo agrário” que a manufatura inglesa ganhou impulso, apoiada em uma força de trabalho disponível e passível de ser moldada na lógica capitalista, pois foi retirado o sustentáculo da subsistência, a terra, tornando-o força de trabalho. Por conseguinte, dos produtos colocados no mercado, obtidos via seu trabalho direto, são substituídos por uma “mercadoria viva” – o próprio trabalhador, que passa a colocar à disposição horas do seu dia sob o domínio de quem possa e queira pagar por elas.

Na manufatura o tempo do trabalhador começa adquirir o ritmo da exploração produtiva racional. No lugar da produção rotineira, volta-

da para uma finalidade concreta – a existência – onde o trabalho fundia-se com trabalhador, surge o trabalho indiferenciado, separação do trabalho do trabalhador, que irá plasmar no mais-trabalho extraído pelo capitalista.

A separação do trabalho do trabalhador encontra-se na fragmentação das atividades do sistema organizativo do trabalho sob a manufatura. Dessa forma, além de transformar o trabalho indiferente ao seu executor, condena-o a realizar uma atividade parcial, pois o resultado da produção – a mercadoria, era concretizado com a união das operações parciais. O trabalhador era adestrado para desenvolver uma operação individual, simples, sem maiores exigências do que fazer parte de uma cadeia de tarefas parciais, na qual cada um realiza a mesma atividade parcial. Surge o “trabalhador detalhista”.

O adestramento do trabalhador como executor de uma atividade parcial transformou-se em uma fonte de “aparvalhamento” da massa do povo inglês, como alertava Smith (apud Marx, 1996, p. 476, v. I):

A inteligência da maior parte dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que despende toda a sua vida na execução de algumas operações simples não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. Ele torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana.

Entretanto, é a partir da deformação física e intelectual que se forja o futuro operário da grande indústria, com a separação do trabalho do trabalhador que “marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital” (Marx, 1996, p. 475, v. I). Lênin (1982, p. 278) capta, na realidade russa, essa forja que se constituía a manufatura ao afirmar que:

Os operários mais típicos da manufatura (ou seja, os que abandonaram total ou quase totalmente a agricultura) são marcados pelas características não da fase precedente, mas da fase seguinte do capitalismo – eles estão mais próximos dos operários da grande indústria mecanizada do que do campesinato.

A transição da manufatura para indústria concretiza-se com a maquinaria ou a passagem à produção mecanizada, possibilidade advinda com a invenção da “máquina ferramenta”.¹³ A máquina ferramenta se torna o baluarte da organização do processo produtivo industrial, e conseqüentemente, apodera-se do homem-trabalhador e sob seu domínio é lapidado para dar-lhe o formato de acessório de uma máquina.

O homem-trabalhador encontrava-se envolto no movimento de transformação da base técnica do trabalho, no qual é metamorfozido – passando de um executor de uma operação simples de detalhe para complemento de uma máquina parcelar. Materializa-se o contexto em que a criação humana ou a “produtividade humana” proporciona as condições de avanço das forças produtivas e, ao mesmo tempo, transforma o homem-trabalhador em um complemento de um corpo mecânico que dará o ritmo da atuação das forças corporais do trabalhador.

No compasso da degeneração do trabalho humano perante o meio de trabalho, configura-se a situação em que o “meio de trabalho mata o trabalhador”, pois “como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador” (Marx, 1996, p. 63, vol II).¹⁴

O “trabalho” submete-se a ser reduzido a um apêndice de uma máquina e, com a evolução da mesma defronta-se como “inimiga” de sua reprodução. Como apêndice é confiscada toda a iniciativa de ação do trabalhador, conduzindo-o a um grau mais profundo de embrutecimento da natureza humana, transformando o ato produtivo em “uma infundável tortura de trabalho,

na qual o mesmo processo mecânico é repetido sempre de novo, semelha o trabalho de Sísifo; a carga de trabalho, como a rocha caía sempre de novo sobre o estafado operário” (Engels apud Marx, 1996, p. 55, vol. II).

A máquina, ao permitir a facilitação das atividades, torna-se uma tortura assentada na exteriorização do trabalho do trabalhador, imputando-lhe o trabalho alienado, condicionado a adaptar-se às “casas de terror”, pois, segundo Lafargue em sua tese de “O direito à preguiça”, o trabalho sob sua forma capitalista “é a causa de toda a degeneração intelectual e da deformação orgânica” e, portanto, “toda a miséria individual e social nascem da sua paixão pelo trabalho” (Lafargue, 1994, p.14).

Portanto, a forma que assume o trabalho sob o capitalismo transmuta-o para uma atividade que se funde em si mesma, desprovida de conteúdo para o trabalhador, dando-lhe a forma acabada da “raça dos trabalhadores” – os operários. Depreende-se que a “raça de trabalhadores”, ao restar-lhe apenas a força de trabalho para colocar no mercado, submete-se aos desígnios do processo do capital como “propriedade do capital”.¹⁵ Assim, força do capital na sua expansão transforma o homem em trabalhador para a acumulação do capital e improdutivo para o próprio indivíduo.

No seu caminhar apressado, a grande indústria, para superar-se, apossa-se da sua força motriz – a máquina, ao obter o domínio da construção das mesmas, isto é, “produzir máquinas por meio de máquina” e dessa maneira “ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés” (Marx, 1996, p. 19, v. II).

A “base técnica adequada”, criada pela grande indústria, convulsiona a divisão do trabalho no interior da sociedade com o deslocamento de trabalhadores de um ramo da produção para outro. A mobilidade do trabalho, fomentada pela espacialização desigual do capital, fomenta a concentração espacial da uma atividade produtiva específica e materializa-se em uma pro-

dução desigual do espaço. A especificidade produtiva fornecerá o molde da divisão territorial do trabalho, capturado por Marx ao colocar:

Em Lancashire predomina a indústria algodoeira. O espaço proporcional que ela, no entanto, ocupa em geral na fabricação de fio e tecido pode-se apreender considerando que representa 45,2% de todas as fábricas dessa espécie na Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda (...) e 58,2% do número global das pessoas ocupadas. (Marx, 1996, p. 53)

Vislumbraram-se as particularidades que proporcionaram à Inglaterra concentrar em seu espaço os avanços da forças produtivas, as quais abriram caminho para a imposição deste país como potência hegemônica, imprimindo na I Divisão Internacional do Trabalho as cores de sua superioridade assentada no molde de monopólio industrial, relegando às demais nações a coloração verde da produção agrícola. Dessa forma, os ingleses produzem o seu espaço e têm como força produtiva os produtos industrializados.

Pode-se capturar a especificidade produtiva que deu a tonalidade da divisão do trabalho a partir dos dados ressaltados por Pochmann (2001, p. 20):

A Inglaterra pôde comportar apenas 9% de sua força de trabalho no setor primário, em 1900, enquanto os Estados Unidos possuíam 37% de sua população ativa no campo, a Alemanha 34%, a França 43%, a Itália 59%, a Espanha 67%, o Japão 69%, o México 71%, a Índia 72%, o Brasil 73%, a Rússia 77% e a China 81%.

Contudo, como as coisas não permanecem, transmutam-se, o monopólio na produção de manufaturados ingleses começa a ser abalado com a internalização do processo industrial original

para outros países – França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Rússia. Apesar de atrasados, esses países obtiveram um desenvolvimento que os colocou no mercado mundial de produtos manufaturados, fazendo parte do movimento econômico do centro do capitalismo, a partir do século XIX. Salienta-se que a inserção de cada país reveste-se das especificidades do processo histórico de cada qual, marcada por temporalidades diferenciadas. Por outro lado, a maioria das demais nações não conseguiu superar a condição de produtoras de produtos primários, sem alterar o baixo nível das forças produtivas. Conformando-se a divisão internacional do trabalho nos moldes: centro – semiperiferia – periferia (ver metodologia).

Observando-se o desenvolvimento geograficamente desigual na divisão do trabalho, salta aos olhos a espacialização diferencial do capital no mundo. Com uma parte minúscula de países fazendo parte do centro do capitalismo, abarcando 74% da produção total de manufatura e com 13% da população mundial. Conquanto, os semiperiféricos e periféricos depositavam mais de 50% da obtenção de suas divisas externas nos produtos primários, que se revertiam na aquisição de produtos manufaturados do centro capitalista.

O traço que marca a divisão internacional do trabalho é a organização espacial dos países periféricos, comandada pela monocultura agrícola e, a industrialização nos do centro. Cabe frisar, o desenvolvimento desigual é inerente ao capital, delegando uma heterogeneidade entre os países periféricos e a não homogeneidade nos do centro.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A moldura da primeira divisão do trabalho foi obtida no processo de esfacelamento do feudalismo e o florescimento e expansão do modo capitalista de produção. Assim, desencadeando o metabolismo mutatório do trabalho movido pela energia liberada pelo avanço das forças pro-

ditivas, resultando na emersão da base produtiva humana do capitalismo – o assalariado – vestido o trabalho na sua forma abstrata.

Nesse contexto, os países-sede do capitalismo avançado, possuidores do conhecimento e da tecnologia em um contínuo aperfeiçoamento, percorreram uma distância muito longa em relação aos demais países, aumentada com a Segunda Revolução Industrial.¹⁶ E o caminho se complexibiliza com o teor da nova revolução que tinha como traço:

maior emprego da base científica com o desenvolvimento da física e da química; a inovação do motor a combustão; o uso da eletricidade; substituição do antigo padrão de livre concorrência com o surgimento da grande empresa, de trustes, cartéis e oligopólios; padrão tecnológico muito mais complexo; requisitos de grandes massas de capital e escala produtivas maiores. (Cano, 1994, p. 17)

Marx e Engels, em 1848, já elucidavam o alcance das transformações processadas no espaço ao longo da trajetória do capital personificada na burguesia, e, portanto, a dificuldade dos atrasados em percorrer o caminho para chegar aos países do centro. Nas palavras dos autores:

A burguesia, durante o seu domínio de quase cem anos, criou mais forças produtivas mais maciças e mais colossais do que todas as gerações precedentes juntas. Sujeição das forças da natureza pelo homem, maquinarias, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos, remoção do cultivo de continentes inteiros, canalização de rios, populações inteiras conjuradas fora de suas áreas. (Marx; Engels, 1998, p. 16)

Depreende-se que o capital coloca em ação as potencialidades humanas e da natureza direcionadas na produção de um espaço racio-

nal, moldando sua organização conforme as exigências impostas pela sua reprodução. Por conseguinte, a pujança do desenvolvimento do capital concentra-se no centro e, chegando enfraquecido nas demais nações, embora pululem em todos os “rincões” do mundo na ânsia por novos mercados.

De fato, na especialização da periferia na produção de matérias-primas encontra-se o germe da “exclusão” destes no jogo da economia central. Dessa forma, quando, no século XX, impõem-se as novas condições de reprodução do capital, levando um redesenhar no traço da primeira divisão internacional do trabalho com a emersão da II Divisão Internacional do Trabalho, o desenvolvimento geograficamente desigual do trabalho herdado do passado não propiciou alteração na forma da primeira.

No momento em que, no jogo da forças entre centro-semiperifeia-periferia, os que realmente têm papel ativo no jogo são os inseridos no centro, esses tomam para si as cartas dos periféricos ao cooptarem as elites nacionais. Assim, na II Divisão Internacional do Trabalho sobressaiu, dentre os jogadores, uma nova Potência Mundial, os Estados Unidos, alicerçados em novo sistema organizativo do trabalho, o fordismo.¹⁷

Nesse contexto, pode-se finalizar a presente reflexão sobre o volver da organização espacial sob a força da primeira divisão do trabalho com as palavras de Kurz, pois expressam o conteúdo que foi moldado posteriormente a Divisão do Trabalho:

Cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado, em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. (Kurz, 1986, p. 172)

NOTAS

- * Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: antonello@uel.br. Encaminhado para publicação em agosto de 2002.

- ¹ “São considerados países do centro capitalista: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos. Países semiperiféricos: Austrália, Nova Zelândia, Grécia, Portugal, Turquia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Romênia, Rússia, Iugoslávia, Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, China, Índia, Irlanda, Coreia, Taiwan, Egito e África do Sul. Países periféricos: Zaire, Tanzânia, Nigéria, Marrocos, Quênia, Gana, Etiópia, Côte d’Ivoire, Tailândia, Filipinas, Paquistão, Indonésia, Burma, Bangladesh, Peru, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Nicarágua, Jamaica, Sri Lanka, Argélia, Serra Leoa, Gâmbia, Mauritiuns, Zimbábue, Botsuana, Tunísia, Bahamas, Barbados, República Dominicana, Bermuda, Trinidad e Tobago e Equador”. (Pochmann, 2001, p. 12) Ressalta-se que a emergência dos países considerados semiperiféricos é fruto da II Divisão Internacional do Trabalho, pois conforme o autor ocorre com “a difusão geográfica do padrão de industrialização norte-americana” (p.23). Contudo, em função do formato de artigo (limite de páginas) a presente análise se debruça sobre o processo histórico da primeira DIT.
- ² A concepção de “homem vivo” é de “homem produtivo” e encontra-se também em: Spinoza, Goethe e Hegel. Para mais detalhes, ver Fromm (1979).
- ³ Considera-se que a divisão do trabalho é produto do processo histórico de cada modo de produção e apresenta-se conforme as condições materiais de sua reprodução. Assim, parte-se do modo de produção feudal que proporcionou as bases do florescimento do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, se constitui no período fomentador da divisão do trabalho capitalista.
- ⁴ O mercado efetiva-se com base nos produtos excedentes que podiam ser colocados em distâncias maiores, realizado geralmente por intermediários.
- ⁵ Segundo Marx e Engels (1993, p. 82), o capital das corporações era “um capital diretamente ligado ao trabalho determinado do possuidor e dele inseparável; era, portanto, neste sentido, uma capital corporativo”.
- ⁶ Anteriormente, os artesãos comercializavam os próprios produtos, bem como os camponeses, portanto havia a união entre a produção e o comércio.
- ⁷ Como coloca Santos (1997, p. 15), “a matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria”.
- ⁸ Cano (1994) considera que a I Revolução Industrial maturou plenamente entre 1820 e 1830 na Inglaterra.
- ⁹ Ellen M. Wood desenvolve uma análise interessante da estruturação do capitalismo na Inglaterra, na qual defende as “origens agrárias do capitalismo”. Para mais detalhes, ver Wood (2000).
- ¹⁰ Para mais detalhes sobre o processo de transformação do campesinato francês com a produção racional do espaço rural, ver Antonello (2001).
- ¹¹ A tríade capitalista para Marx assenta-se no pressuposto que “os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital” (Marx, 1988, p. 113).
- ¹² A bela agricultura como ficou conhecida a agricultura inglesa com a ascensão de uma agricultura de cunho capitalista assentada na tríade constitui-se em um “modelo desenvolvimento do espaço rural”, conforme Servolin (1989), a “via inglesa.”
- ¹³ Marx (1996, p. 11, v. II) considera que a revolução industrial na século XVIII originou-se a partir da “máquina ferramenta”, pois “foi a criação das máquinas-ferramentas que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada”. Acrescenta que a máquina a vapor inventada no século XVII não induziu nenhuma revolução industrial (período manufatureiro).
- ¹⁴ Como prescrevia Ricardo, “maquinaria e trabalho estão em constante competição”. Confronto do trabalho com a máquina pode ser visualizado no seguinte fato: “Quando, em 1758, Everet construiu a primeira máquina de tosquiador movida a água, ela foi queimada pelas 100 mil pessoas que deixou sem trabalho”. (Marx, 1996, p. 62, v. I).
- ¹⁵ Constitui-se na ascensão do trabalho alienado que se mantém em cima da propriedade privada. Esta, por sua vez, assenta-se no sistema de salários (Marx, 1988).
- ¹⁶ Segundo Cano (1994), a Segunda Revolução Industrial iniciou-se na primeira metade do século XIX, atingindo a maturidade entre 1870-1890.
- ¹⁷ O fordismo constitui-se na forma de organização do processo produtivo industrial disseminando-se pelo mundo, após a Segunda Guerra Mundial. O mesmo teve a semente plantada por Herry Ford, em 1914, quando introduziu uma recompensa para os trabalhadores ocupados na linha de montagem de carros em Michigan/EUA (Harvey, 1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONELLO, I.T. *A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato*. Aracaju: NPGE, 2001.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. 3. ed., Campinas: Unicamp/Fapesp, 1994.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GOETHE, J.W. *Fausto*. Os grandes clássicos. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1980.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1998.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LAFARGUE, Paul. *Le droit à la paresse*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 1994.
- LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Civita, 1982.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Os economistas, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Lisboa: Edições 70, 1964.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, v. I e II, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 9º ed., São Paulo: HUCITEC, 1993.
- _____. *O manifesto comunista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*. Suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris: Babel, 1992.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamentos, 1997.
- _____. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, B. K. (org.) et al. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. p.23-72.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- WOOD, E. M. *As origens agrárias do capitalismo*. São Paulo, *Revista Crítica Marxista*, n. 10, jun/2000, p.9-12.

ABSTRACT

To present analysis it is constituted in a reflection on the mutation of the work, fomented by the force of the capital, linked to the constant movement of the productive forces in elapsing of the formation in the Way of Production felt Capitalist. It is had as objective penetrates in the process of transformation of the work to bring to the surface the work

forms that introduce to the man in elapsing of the movement of expansion of the capital for the world, materialized in the I International Division of the Work (DIT), addressing the production of the space and, consequently, the modelling of the space organization of the work.

KEYWORDS

Work; space organization; DIT.

